

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários. São Paulo, 19 de abril de 2018 **A Diretoria**

Ativo	Notas	2017		2016		Passivo	Notas	2017		2016	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016		
Circulante		9.190	21.236	9.190	21.236	Circulante		22.860	47.852	22.860	47.852
Disponibilidades	4	870	299	870	299	Depósitos		7.481	30.380	7.481	30.380
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.799	7.003	3.799	7.003	Depósitos à vista	10	318	329	318	329
Aplicações no mercado aberto	4	3.799	7.003	3.799	7.003	Depósitos a prazo	10	7.163	30.051	7.163	30.051
Títulos e valores mobiliários	6	1.532	7.595	1.532	7.595	Relações interdependências		3	4	3	4
Carteira própria		873	7.595	873	7.595	Recursos em trânsito de terceiros		3	4	3	4
Vinculados ao Banco Central do Brasil		659	-	659	-	Outras obrigações		15.376	17.468	15.376	17.468
Relações interfinanceiras		7	268	7	268	Obrigações fiscais e previdenciárias	11	47	5.024	47	5.024
Depósitos no Banco Central		6	10	6	10	Diversas	12	15.329	12.444	15.329	12.444
Correspondentes		1	258	1	258						
Operações de crédito	7	-	407	-	407						
Setor privado		4	1.814	4	1.814						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(4)	(1.407)	(4)	(1.407)	Exigível a longo prazo		57	86	57	86
Outros créditos		2.982	5.659	2.982	5.659	Depósitos	10	57	86	57	86
Diversos	9	2.982	5.659	2.982	5.659	Depósitos a prazo		57	86	57	86
Outros valores e bens		-	5	-	5						
Despesas antecipadas		-	5	-	5						
Realizável a longo prazo		50.346	46.936	50.346	46.936	Patrimônio líquido	13	37.238	21.110	37.238	21.110
Outros créditos		50.346	46.936	50.346	46.936	Capital social		311.556	287.416	311.556	287.416
Diversos	9	50.346	46.936	50.346	46.936	De domiciliados no país		310.256	287.416	310.256	287.416
Permanente		619	876	619	876	Aumento de capital em aprovação		1.300	-	1.300	-
Investimentos		161	161	161	161	Prejuízos acumulados		(274.318)	(266.306)	(274.318)	(266.306)
Outros investimentos		161	161	161	161						
Imobilizado de uso		101	159	101	159						
Outros imobilizações de uso		1.466	1.466	1.466	1.466						
Depreciações acumuladas		(1.365)	(1.307)	(1.365)	(1.307)						
Intangível		357	556	357	556						
Outros ativos intangíveis		1.501	1.501	1.501	1.501						
Amortização acumulada		(1.144)	(945)	(1.144)	(945)						
Total do ativo		60.155	69.048	60.155	69.048	Total do passivo		60.155	69.048	60.155	69.048

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	2017		
	Notas	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		15.796	18.373
Operações de crédito		15.539	17.357
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		257	1.016
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	(163)
Despesas da intermediação financeira		(14.421)	(15.226)
Operações de captação no mercado		(290)	(1.494)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(14.131)	(13.732)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.375	3.147
Outras receitas (despesas) operacionais		(7.376)	(14.705)
Receitas de prestação de serviços		1	2
Despesas de pessoal		(640)	(1.436)
Serviços de terceiros	15	(3.221)	(6.951)
Outras despesas administrativas	16	(2.292)	(4.326)
Despesas tributárias		(8)	(9)
Outras receitas operacionais	17	222	703
Outras despesas operacionais	17	(1.438)	(2.688)
Resultado operacional		(6.001)	(11.558)
Resultado não operacional	18	36	191
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(5.965)	(11.367)
Imposto de renda e contribuição social		-	3.356
Ativo fiscal diferido	9.3	-	3.356
Prejuízo do semestre/exercício		(5.965)	(8.011)
Prejuízo por ação do capital social - R\$		(0,0006)	(0,0008)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	Capital social realizado	Aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	253.909	4.002	(256.739)	1.172
Aumento de capital conforme AGE de 27 de novembro de 2015 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 22/01/2016	2.001	(2.001)	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 29 de dezembro de 2015 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01/02/2016	2.001	(2.001)	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 30 de maio de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 20/06/2016	1.500	-	-	1.500
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 02/08/2016	5.601	-	-	5.601
Aumento de capital conforme AGE de 29 de julho de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 18/08/2016	5.601	-	-	5.601
Aumento de capital conforme AGE de 31 de agosto de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 28/09/2016	5.601	-	-	5.601
Aumento de capital conforme AGE de 29 de setembro de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 19/10/2016	5.601	-	-	5.601
Aumento de capital conforme AGE de 30 de outubro de 2016 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 23/11/2016	5.601	-	-	5.601
Prejuízo do exercício	-	-	(9.567)	(9.567)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	287.416	-	(266.306)	21.110
Mutações do exercício	33.507	(4.002)	(9.567)	19.938
Saldos em 31 de dezembro de 2017	287.416	-	(266.306)	21.110
Aumento de capital conforme AGE de 24 de fevereiro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 30/03/2017	16.340	-	-	16.340
Aumento de capital conforme AGE de 28 de abril de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 05/06/2017	1.300	-	-	1.300
Aumento de capital conforme AGE de 31 de maio de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21/06/2017	1.300	-	-	1.300
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01/08/2017	1.300	-	-	1.300
Aumento de capital conforme AGE de 31 de julho de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 24/08/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 31 de agosto de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 22/09/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 29 de setembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 25/10/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 31 de outubro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 28/11/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 02/01/2018	-	650	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 23/01/2018	-	650	-	650
Prejuízo do exercício	-	-	(8.011)	(8.011)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.256	1.300	(274.318)	37.238
Mutações do exercício	22.840	1.300	(8.011)	16.129
Saldos em 30 de junho de 2017	306.356	1.300	(268.353)	39.303
Aumento de capital conforme AGE de 30 de junho de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 01/08/2017	1.300	(1.300)	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 31 de julho de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 24/08/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 31 de agosto de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 22/09/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 29 de setembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 25/10/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 31 de outubro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 28/11/2017	650	-	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 30 de novembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 02/01/2018	-	650	-	650
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2017 homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 23/01/2018	-	650	-	650
Prejuízo do semestre	-	-	(5.965)	(5.965)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.256	1.300	(274.318)	37.238
Mutações do semestre	3.900	-	(5.965)	(2.065)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

	2017		
	2º Semestre	Exercício	2016
Atividades operacionais		(5.965)	(8.011)
Ajustes ao lucro		(54)	(143)
Resultado líquido com marcação a mercado		(54)	(143)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		14.132	13.732
(Constituição) reversão de impostos diferidos		-	(3.356)
(Reversão) constituição de provisão para perdas com bens não de uso próprio		639	-
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio		147	627
Depreciações e amortizações		128	257
Variações monetárias ativas		(72)	(171)
Provisão para contingências		1.335	2.370
Variações de ativos e obrigações		1.666	6.206
Redução de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.666	6.206
(Aumento) redução de relações interfinanceiras		27	261
Redução em relações interdependências		-	(1)
(Aumento) redução de operações de crédito		(14.100)	(13.326)
(Aumento) redução de outros créditos		437	2.793
(Aumento) redução de outros valores e bens		(1.212)	(1.208)
(Redução) de outras obrigações		(2.314)	(4.461)
Caixa líquido proveniente de (aplicado) em atividades operacionais		(5.206)	(4.431)
Atividades de investimentos		453	645
Alienação de bens não de uso próprio		453	645
Aquisição de bens não de uso próprio		(26)	(60)
Alienação de imobilizado de uso		-	173
Aplicações no intangível		-	(35)
Caixa líquido gerado em atividades de investimentos		427	585
Atividades de financiamento		186	(22.928)
Aumento (redução) em depósitos		186	(22.928)
(Redução) em captações no mercado aberto		-	(12.005)
Aumento de capital		3.900	24.140
Caixa líquido proveniente (aplicado) em de atividades de financiamento		4.086	1.212
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(693)	(2.633)
Caixa e equivalentes de caixa		5.362	7.302
No início do semestre/exercício		4.669	4.669
No fim do semestre/exercício		4.669	7.302
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(693)	(2.633)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional: O Banco Ficsa S.A. ("Banco") está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Não obstante, desde 05 de janeiro de 2013, os Acionistas e Administradores do Banco, deliberaram pela suspensão de novas operações de crédito relativas ao segmento de mercado em que sempre atuou. Neste momento, os Acionistas e Administradores do Banco, estão dedicados na administração da carteira remanescente e dos recursos próprios, com o propósito de desalavancar a estrutura do Banco. Para tanto, o Banco liquidou antecipadamente fundos em direitos creditórios, recomprou todas as carteira cedidas com cláusula de coobrigação e realizou cessões dos respectivos créditos recomprados sem retenção de riscos e benefícios. Com a efetivação da desalavancagem operacional e com o enquadramento do Patrimônio Mínimo Exigido para as instituições financeiras ocorrida desde o semestre anterior, os acionistas e administradores protocolaram junto ao Banco Central do Brasil um plano de redução expressivo dos aportes mensais programados. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de

2017 e 2016, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil e estão constando no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas, quando aplicável, estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, de outras provisões e sobre a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de abril de 2018. **3. Resumo das principais**

práticas contábeis: a) **Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos às variações monetárias ou cambiais são atualizados até a data do balanço. b) **Caixa e equivalentes de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.604/08 que aprovou o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de caixa, conta corrente em bancos (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial) e aplicações interfinanceiras de liquidez, imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

são classificadas de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **Títulos para negociação** - adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período; **Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a uma conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. De acordo com a Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil (BACEN), os instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) são classificadas de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades de exposição global de riscos. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (*hedge econômico*). **e) Operações de crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (sem risco) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente, de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) leva em conta as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas decorrentes de inadimplências da carteira de operações de crédito como um todo. **f) Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável, das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, calculadas "pro rata dia" e provisão para perdas, quando julgado necessário. **g) Investimentos:** Os investimentos estão avaliados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **h) Imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: instalações 10%, móveis e utensílios 10%, equipamentos de comunicação 10% e equipamentos de processamento de dados 20% ao ano. **i) Intangível:** Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o ativo intangível está composto por softwares registrados ao custo, deduzido de amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano). **j) Depósitos a prazo:** Os depósitos a prazo estão registrados pelos seus valores contratuais acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação. **k) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 20%. **l) Passivos circulantes e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço. **m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) descritos a seguir: **Ativos contingentes:** não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; **Passivos contingentes:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de Assessores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são classificados como perdas possíveis pelos Assessores Jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** considera as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado, mensalmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa:
O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

	2017	2016
Disponibilidades	870	299
Aplicações interfinanceiras de liquidez (operações compromissadas)	3.799	7.003
Total	4.669	7.302

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:
A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é assim representada:

	2017	2016
Aplicação em operações compromissadas		
Operação bancada	3.799	7.003
Letras Financeiras do Tesouro	3.799	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	7.003
Total das aplicações interfinanceiras de liquidez	3.799	7.003
Circulante	3.799	7.003

6. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, classificadas de acordo com a intenção de negociação por parte da Administração em conformidade com a Circular 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), estava assim composta:

	2017		2016	
	Valor de mercado	Valor Até 12 meses contábil	Valor de mercado	Valor Até 12 meses contábil
Títulos para Negociação				
Carteira própria				
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	1.584	1.584
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	873	873	6.011	6.011
Total	873	873	7.595	7.595

Vinculados ao Banco Central
Letras Financeiras do Tesouro - LFT

	2017	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	659	659
Total	659	659

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado, quando aplicável, de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. No caso das aplicações em fundos de investimento de acordo com o valor da cota dos fundos divulgada pelos Administradores.

(a) Cotas de fundos de investimento

	2017	2016
Cotas de Fundo de Investimento Multimercado	-	1.584
Total	-	1.584

(b) Vinculados ao Banco Central do Brasil (BACEN): Em 31 de dezembro de 2017 o Banco possuía títulos vinculados junto ao Banco Central do Brasil (BACEN), representados por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) no montante de R\$ 659 destinados a aumento de capital.

7. Operações de crédito:

a) Diversificação por produto

	2017	2016
Setor privado:		
Financiamentos	-	1.543
Crédito direto ao consumidor	4	271
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	1.814
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4)	(1.407)
Total Líquido da Carteira	-	407

Estão representadas por empréstimos (crédito direto ao consumidor) e financiamentos ao setor privado, cujas garantias são fiduciárias e alienação fiduciária, atualizadas em conformidade com as condições contratuais (prefixadas) estando as parcelas vencíveis após os doze meses subsequentes ao balanço, classificadas no ativo realizável a longo prazo.

b) Diversificação por atividade

	2017	2016
Setor privado		
Serviços	-	10
Pessoas físicas	4	1.804
Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	4	1.814

c) Diversificação por prazo

	2017	2016
Vencidas até 60 dias	-	225
Vencidas de 61 a 180 dias	-	695
Vencidas de 181 a 360 dias	4	739
A vencer até 180 dias	-	125
A vencer entre 181 e 360 dias	-	30
Total	4	1.814

Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	2017	2016
Total antes da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	4	1.814

8. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD):

8.1. Movimentação da PCLD (Ativo): A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi a seguinte:

	2017	2016
Saldos no início dos períodos	1.407	3.410
Baixas para prejuízo	(15.135)	(2.465)
Provisão constituída	13.732	462
Saldos no fim dos períodos	4	1.407
Circulante	4	1.407
Créditos recuperados no período	15.531	3.446

8.2. Movimentação da PCLD (Resultado): A despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa é composta unicamente sobre a carteira de crédito, sendo **R\$ 13.732 em 2017** (R\$ 462 em 2016).

8.3. Composição da PCLD por nível de risco: A composição da carteira de operações de crédito nos correspondentes níveis de risco é a seguinte:

Níveis de risco	Porcentual de provisão	Valor da carteira		Provisões	
		2017	2016	2017	2016
A	0,50%	-	81	-	-
B	1,00%	-	116	-	1
C	3,00%	-	43	-	2
D	10,00%	-	47	-	2
E	30,00%	-	71	-	21
F	50,00%	-	89	-	44
G	70,00%	-	108	-	75
H	100,00%	4	1.259	4	1.259
Total		4	1.814	4	1.407

9. Outros créditos - diversos

	2017	2016
Devedores por depósitos em garantia (nota 9.2)	11.633	11.934
Créditos Presumido - Lei 12.838/2013 (nota 9.3)	39.441	36.085
Pagamentos a ressarcir	361	348
Devedores diversos País	1.204	3.528
Impostos e Contribuições a compensar	526	522
Adiantamentos a fornecedores	163	169
Outros	-	9
Total	53.328	52.595
Circulante	2.982	6.559
Realizável a Longo Prazo	50.346	46.936

9.1. Créditos tributários: Diante da decisão dos Acionistas e Administradores pela suspensão definitiva de novas operações de crédito, citada na Nota Explicativa nº 1, o crédito tributário registrado em 31 de dezembro de 2014 foi totalmente revertido. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o valor dos créditos tributários não ativados estão assim compostos:

	2017	2016
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	10.283	13.349
Contribuição social sobre diferenças temporárias	8.659	11.112
Prejuízo fiscal	69.871	66.914
Base negativa da contribuição social	55.897	53.531
Total	144.710	144.906

9.2. Devedores por depósitos em garantia
Para interposição de recursos fiscais (a)
Para interposição de recursos trabalhistas
Outros

	2017	2016
Para interposição de recursos fiscais (a)	9.038	8.884
Para interposição de recursos trabalhistas	1.089	1.432
Outros	1.506	1.618
Total	11.633	11.934
Circulante	1.089	1.432
Realizável a longo prazo	10.544	10.502

(a) Valor correspondente ao depósito judicial que visava à suspensão da exigibilidade do IRPJ e de CSLL. Em função da adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguarda-se a vinculação dos depósitos para quitação dos valores devidos (Nota Explicativa nº 15) e posterior levantamento dos saldos remanescentes dos processos.

9.3. Crédito presumido: O Banco possui crédito presumido de acordo com as premissas incluídas na Lei nº 12.838/13. Estes créditos serão objeto de pedido de ressarcimento e estarão sujeitos a verificação de sua exatidão junto a Fazenda Nacional. Em 2017, o montante de crédito presumido apurado foi de R\$ 3.356 (R\$ 13.014 em 2016) totalizando o montante de R\$ 39.441 (R\$ 36.085 em 2016).

10. Depósitos: Composição por vencimento

	2017		2016	
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos à vista	Depósitos a prazo
Sem vencimento	318	-	329	-
Até 30 dias	-	29	-	-
De 31 a 60 dias	-	6	-	-
De 61 a 90 dias	-	-	-	7.814
De 91 a 180 dias	-	-	-	22.227
De 181 a 365 dias	-	7.123	-	10
Até 365 dias	318	7.163	329	30.051
Acima de 365 dias	-	57	-	86
Total	318	7.220	329	30.137

Em 31 de dezembro de 2016 o Banco possuía em sua carteira de depósitos, certificados de depósito a prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito no montante de R\$ 30.042.

11. Outras obrigações - obrigações fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão para riscos fiscais - Imposto de Renda (a)	-	3.010
Provisão para riscos fiscais - Contribuição Social (a)	-	1.820
Provisão para riscos fiscais - Outros	-	127
Impostos e contribuições a recolher	47	67
Total	47	5.024

a) Provisão para riscos fiscais, Imposto de Renda e Contribuição Social: relativamente aos exercícios de 1997, 1999, 2000 e 2001, é pleiteado pelo Banco o direito de continuar deduzindo o valor correspondente à Contribuição Social de sua própria base e da base de cálculo do Imposto de Renda, sem as restrições impostas pela Lei nº 9.316/96. Conforme mencionado na Nota Explicativa 9.2, com a adesão por parte do Banco, ao programa de parcelamento de débitos tributários instituído pela Lei nº 11.941/09, aguardamos a vinculação dos depósitos judiciais atrelados aos processos para quitação dos valores devidos. As provisões registradas na rubrica "Outras obrigações fiscais e previdenciárias", correspondentes à provisões para riscos fiscais foram reclassificadas de acordo com a Carta Circular nº 3.782 de 2016 no grupo "Outras obrigações - diversas".

12. Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Cheques Administrativos	22	22
Provisão para Contingências - Imposto de Renda	3.010	-
Provisão para Contingências - Contribuição Social	1.820	-
Provisão para Contingências - Cíveis e Trabalhistas (a)	9.586	11.169
Provisão para Outras Contingências	127	-
Provisão para pagamentos a efetuar	583	825
Credores diversos - País	181	428
Total	15.329	12.444
Circulante	15.329	12.444

(a) A provisão para passivos contingentes foi constituída segundo julgamento da Administração do Banco e com base na opinião de seus consultores legais, em montante considerado adequado à cobertura de eventuais perdas. Essa provisão é reavaliada periodicamente, dentre as quais se destacam: **Provisão trabalhista:** são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos oitenta e quatro meses para as ações sem depósito judicial e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante destacado para provisão para riscos trabalhistas é de R\$ 2.082 (R\$ 2.582 em 2016). **Provisão para ações de perdas e danos:** são ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, atreladas à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões relacionadas às operações de crédito. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos oitenta e quatro meses para as ações sem depósitos judiciais e no valor dos depósitos judiciais registrados nos demais casos. Em 31 de dezembro de 2017 o montante destacado como provisão para ações de perdas e danos é de R\$ 7.504 (R\$ 8.587 em 2016). A movimentação das provisões e reversões constituídas no primeiro exercício de 2017 e 2016 foram as seguintes:

Descrição 2017	Ações		Total
	trabalhistas	cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.582	8.587	11.169
Complemento de provisão	814	1.999	2.813
Reversão de provisão	(69)	(375)	(444)
Pagamentos	(1.245)	(2.707)	(3.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.082	7.504	9.586

Descrição 2016	Ações		Total
	Trabalhistas	cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.270	9.072	11.342
Complemento de provisão	2.287	2.696	4.983
Reversão de provisão	(213)	(90)	(303)
Pagamentos	(1.762)	(3.091)	(4.853)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.582	8.587	11.169

13. Patrimônio líquido: O capital social, em 31 de dezembro de 2017 está representado por 10.004.748.053 ações ordinárias (4.611.260.190 em 2016) sem valor nominal. Foram realizadas as seguintes Assembleias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre os seguintes aumentos de capital: **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 16.340 passando o capital de R\$ 287.416 para R\$ 303.756 com emissão de 3.569.400.149 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 1.810.660.339 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 30 de março de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 303.756 para R\$ 305.056 com emissão de 279.752.457 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 8.460.412.796 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 05 de junho de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de maio de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 305.056 para R\$ 306.356 com emissão de 288.173.882 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 8.748.586.678 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 21 de junho de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 1.300 passando o capital de R\$ 306.356 para R\$ 307.656 com emissão de 294.157.054 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.042.743.732 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 01 de agosto de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 307.656 para R\$ 308.306 com emissão de 149.549.084 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.192.292.816 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 24 de agosto de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 308.306 para R\$ 308.956 com emissão de 154.308.277 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.346.601.093 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 22 de setembro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 308.956 para R\$ 309.606 com emissão de 158.600.367 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.505.201.460 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 25 de outubro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 309.606 para R\$ 310.256 com emissão de 161.710.317 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.666.911.777 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 28 de novembro de 2017 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 310.256 para R\$ 310.906 com emissão de 165.863.626 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 9.832.775.403 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 02 de janeiro de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2017** que deliberou o aumento de capital de R\$ 650 passando o capital de R\$ 310.906 para R\$ 311.556 com emissão de 171.972.650 novas ações ordinárias nominativas perfazendo o total de 10.004.748.053 ações ordinárias nominativas. O referido ato societário foi homologado em 23 de janeiro de 2018 pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual após as compensações e deduções previstas na Lei nº 6.404/76. Segundo o Estatuto do Banco, os dividendos poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) previstos na Lei nº 9.249/95 e mais disposições pertinentes. A reserva legal é constituída nos termos da legislação societária à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, até atingir o limite de 20% do capital social. Sua utilização é restrita a compensação de prejuízos ou a aumento de capital.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado ao contrário)

→ continuação

14. Partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas a Quis Participações S.A. (Controladora Direta do Banco) e seus Administradores, os detentores do capital da Quis Participações S.A. (Controladores Indiretos do Banco) e seus respectivos Sócios e Administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração do Banco, bem como de outras partes que possuem influência significativa sobre o Banco, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05, consubstanciado pela Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O quadro a seguir apresenta as transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Ativos/ Passivos	Receitas (Despesas)
	2017 2016	2017 2016

Depósitos à vista				
Quis Participações S.A. - controlador direto	65	208	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	91	6	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	86	38	-	-

Depósitos a prazo				
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	-	-	-	(8)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	7.123	-	(453)	(6)

De acordo com a legislação brasileira, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos ou garantir operações de seus acionistas controladores, empresas coligadas, administradores, ou parentes de seus administradores até o segundo grau. Dessa forma, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos, tampouco garante qualquer operação de empresas controladas, direta ou indiretamente, de seus administradores ou seus familiares. Foi registrada na rubrica "Despesas de pessoal" a remuneração paga aos Administradores, no montante de R\$ 209 (R\$ 245 em 2016), que compreende, substancialmente, a benefícios de curto prazo. **15. Despesas com serviços de terceiros:** As despesas com serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	2017	2016
Serviços de consultoria	2.163	3.120
Verificação de bens	-	100
Assessoria de cobrança	2.127	2.397
Cobrança jurídica	73	247
Assessoria de crédito e cadastro	5	251
Honorários advocatícios	1.314	2.531
Serviços técnicos especializados	695	1.175
Informações cadastrais	105	122
Alienação de veículos	40	141
Gerenciamento de arquivo	330	346
Outros serviços de terceiros	99	616
	6.951	11.046

16. Outras despesas administrativas: As outras despesas administrativas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	2017	2016
Processamento de dados	2.091	2.755
Serviços do sistema financeiro	219	802
Transportes	880	1.164
Comunicações	115	240
Depreciações e amortizações	257	326
Emolumentos judiciais e cartorários	392	385
Outras despesas administrativas	372	598
	4.326	6.270

17. Outras receitas e despesas operacionais: As outras receitas e despesas operacionais, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estão assim compostas:

	2017	2016
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	407	3.493
Reversão de outras provisões operacionais	100	82
Juros e variação monetária ativa	171	231
Outras rendas operacionais	25	38
	703	3.844

	2017	2016
Outras despesas operacionais		
Provisão com perdas em ações de perdas e danos e trabalhistas	2.514	4.694
Descontos concedidos	41	293
Provisão para perdas sobre rendas a receber	133	60
	2.688	5.047

18. Resultado não operacional: O resultado não operacional em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 refere-se a:

	2017	2016
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	(622)	(464)
Constituição de provisão não operacional	-	(246)
Outras receitas não operacionais	813	215
	191	(495)

19. Limites operacionais: Os principais indicadores dos limites operacionais do Banco são os seguintes:

Limites operacionais	Exigência	Situação	Margem (%)
a) Patrimônio líquido	24.500	37.238	(52,00)
b) Capital realizado mínimo	24.500	310.256	1166,35

Limites operacionais

Índice de imobilização	Limite	Situação	Margem (%)
	17,827	335	0,94

No decorrer do exercício de 2013, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Baseleia ao sistema bancário mundial referindo-se aos requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste conjunto de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações. O Banco, atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares nºs 3.634/13 a 3.639/13, 3.641/13 e 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular 3.640/13 para o risco operacional. O quadro a seguir apresenta os indicadores de capital, incluindo o Patrimônio de Referência (PR) e os novos índices de capital a serem observados.

Basileia III (A)	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de referência Nível I	35.654	20.782
Capital principal	35.654	20.782
Patrimônio líquido	37.238	21.110
Ajustes prudenciais (B)	(284)	(328)

Aumento de capital em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil (BACEN)	(1.300)	-
Patrimônio de referência - PR	35.654	20.782
Ativo ponderado pelo risco - RWA (C)	1.224	3.028
Risco de Crédito	1.190	3.027
Risco de Mercado	-	1
Risco Operacional	34	-

RBAN	-	2
Índice da Basileia - % (D)	287,66%	67,78%
Índice da Basileia Amplo (inclui RBAN): % (D)	287,66%	67,74%

(A) A partir de outubro de 2013, o patrimônio de referência passou a ser apurado com base na Resolução nº 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN); (B) Critérios utilizados, a partir de outubro de 2013, de acordo com a Resolução nº 4.192/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN); (C) Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "Alocação de capital mínimo exigido" do período anterior, visto que passamos a apresentar as

parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco - RWA". (D) Para fins de patrimônio de referência os valores relativos aos aumentos de capital em fase de homologação junto ao Banco Central do Brasil (BACEN) passaram a ser desconsiderados na apuração do patrimônio de referência nível I a partir de outubro de 2013.

20. Gestão de riscos: As informações detalhadas de gestão de riscos do Banco Ficsa, encontram-se disponibilizadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos no site do Banco (www.ficsa.com.br), de acordo com as Circulares nº 3.477/09 (até setembro de 2013) e nº 3.678/13 (a partir de outubro de 2013) do Banco Central do Brasil (BACEN). **Risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a variação nos valores dos ativos e passivos, causadas por mudanças em preços e taxas de mercado (como juros, ações, cotações de moedas e preços de commodities), e também de mudanças na correlação (interação) entre eles e em suas volatilidades. As principais ferramentas e medidas para gerenciamento desse risco, utilizadas pelo Banco, são o VaR (*Value at Risk*) paramétrico com distribuição normal, que é uma medida estatística que estima a perda potencial máxima do valor da carteira do banco em condições normais de mercado dentro de uma determinada circunstância (horizonte de tempo), e o cálculo de perdas em cenário de estresse (VaR estresse) que determina os efeitos de condições extremas de mercado (tanto positivas quanto negativas) no valor do portfólio do Banco. **Risco de liquidez:** Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar, eficientemente, suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O Banco apresenta modelos, metodologias e estratégias para monitorar o risco de liquidez. **Risco de crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. O processo decisivo de gerenciamento e controle do risco de crédito, orientado pelas melhores práticas do mercado, tem permitido ao Banco utilizar-se de metodologias baseadas em modelagem científica para análise de riscos. O capital econômico alocado do portfólio para cobertura do risco de crédito é determinado por modelos estatísticos, levando em consideração a qualidade e a concentração na carteira, além da classificação de crédito dos clientes que a compõem. **Risco operacional:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falta, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Neste sentido, inclui o risco legal, que é associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Em relação a parcela de alocação de capital para o risco operacional, o Banco Ficsa utiliza-se do modelo padronizado alternativo, segundo a Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil (BACEN).

21. Gerenciamento de capital: As instituições financeiras devem adotar procedimentos relacionados com o monitoramento e controle do capital, com a avaliação da necessidade de capital e planejamento de metas para fazer face aos seus riscos e aos objetivos estratégicos da instituição segundo determina a Resolução nº 3.988/11 do Conselho Monetário Nacional (CMN). O Banco Ficsa avalia o nível de adequação de seu capital a partir de duas perspectivas: 1) a gestão da taxa de adequação de capital com base nas regras de Basileia II, para cada um dos riscos (crédito, mercado e operacional) e 2) a gestão global dos riscos. Faz parte também da política de gestão de capital do Banco Ficsa o adequado armazenamento de informações referentes ao processo de gestão de capital, de forma a suportar a administração, rastrear o histórico do processo e de seus resultados.

A DIRETORIA
Valéria I. Rodrigues Uccella - Contadora - CRC 1SP 195657/O-8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Ficsa S.A.**, São Paulo - SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Ficsa S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos significativos dos assuntos comentados no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ficsa S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº 1, informando que o Banco se encontra, por decisão dos Acionistas e Administradores, em processo de desativação substancial de suas atividades bancárias desde janeiro de 2013. Neste cenário o Banco apresenta prejuízos acumulados e excesso do passivo circulante em relação ao ativo circulante. Conforme apresentado naquela nota explicativa, há eventos em andamento para manutenção operacional do Banco, as atuais atividades do Banco contemplam tão somente a administração da carteira de crédito remanescente, de difícil recuperação, de seus recursos próprios e das contingências cíveis e trabalhistas. Para fazer face aos custos operacionais foram realizados aportes de capital dos acionistas, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13. O equilíbrio patrimonial e os limites operacionais requeridos pelo Banco Central do Brasil, conforme mencionado na nota nº 19, concentram-se na manutenção de créditos presumidos no montante de R\$ 39.441 mil em 31 de dezembro de 2017, e até a data de emissão deste relatório não temos evidências suficientes quanto a sua realização, visto que não nos foram apresentados documentos e/ou processo de solicitação de ressarcimento, conforme premissas da Lei nº 12.838/13, bem como aprovação da Fazenda Nacional. Os acionistas e administradores protocolaram em 7 de julho de 2017, junto ao Banco Central do Brasil, um pleito de redução de aportes mensais para continuidade do enquadramento do patrimônio líquido mínimo exigido. Neste documento encontra-se um novo fluxo de capitalizações para custeio bem como cronograma de possível processo de alienação do controle societário. Neste momento, estas situações indicam a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade do Banco, de não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Assim,

até a presente data não obtivemos evidência apropriada e suficiente de auditoria para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases: Parte relacionada:** Conforme Nota Explicativa nº 14, o Banco possui operações de depósito a prazo com parte relacionada no montante de R\$ 7.123 mil. Tais operações foram realizadas em condições de comutatividade de mercado. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, foram por nós auditados onde emitimos relatório com modificação em 07 de abril de 2017, contendo ressalva relacionada a continuidade operacional e ênfase relacionadas aos seguintes assuntos: (i) realização de créditos presumidos; e (ii) limites operacionais. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções

relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19 de abril de 2018

BDO
BDO RCS
Audidores Independentes SS
 CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
 Contador CRC 1 SP 120458/O-6